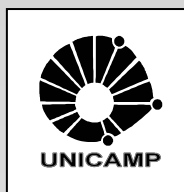


TENDÊNCIAS

Ano 10, nº1

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP

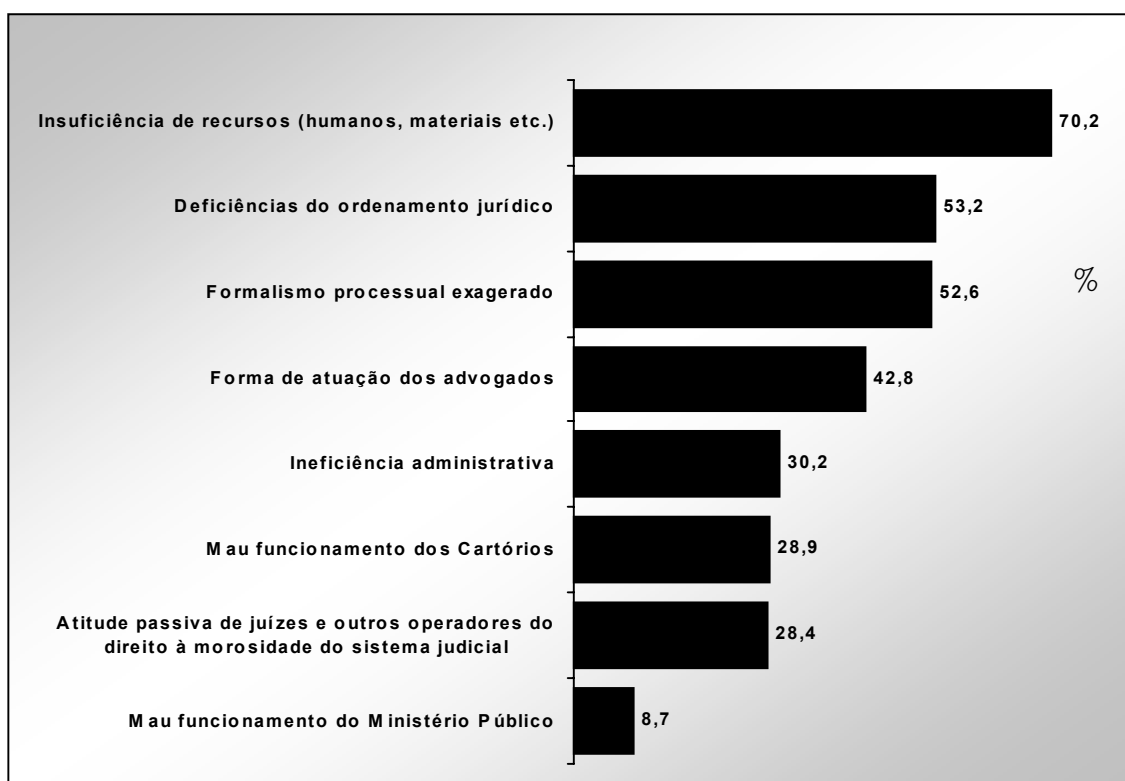


Sobre a Morosidade da Justiça

Dentre os vários aspectos que marcam o debate sobre a reforma do Poder Judiciário no Brasil, a morosidade da Justiça está no centro das opiniões.

Segundo os Juízes entrevistados nesta pesquisa, a insuficiência de recursos lidera o conjunto de fatores considerados muito relevantes para explicar a morosidade.

Fatores que explicam a morosidade



(apenas % das respostas "muito relevante")

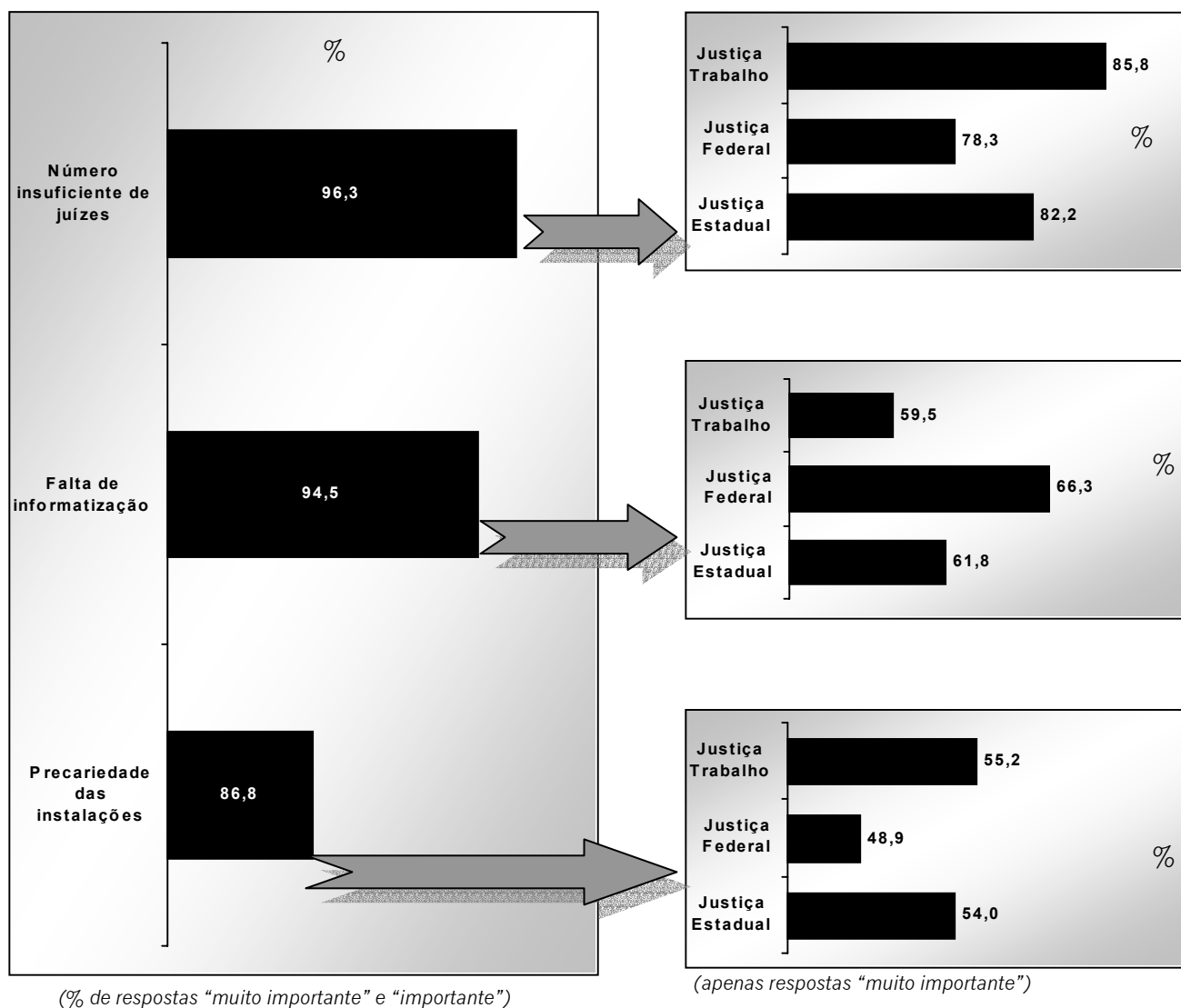
Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Diversos fatores têm sido apontados como responsáveis pela morosidade da Justiça. Na sua opinião, qual a relevância dos seguintes fatores?

A Morosidade da Justiça e a Insuficiência de Recursos

Em relação à insuficiência de recursos, os fatores mais importantes apontados pelos entrevistados foram o número insuficiente de Juízes, a falta de informatização e a precariedade das instalações.

Principais fatores explicativos da morosidade, por ramos do Judiciário

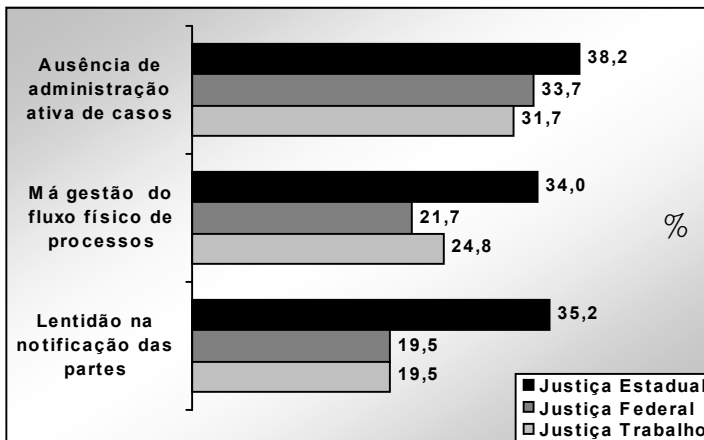
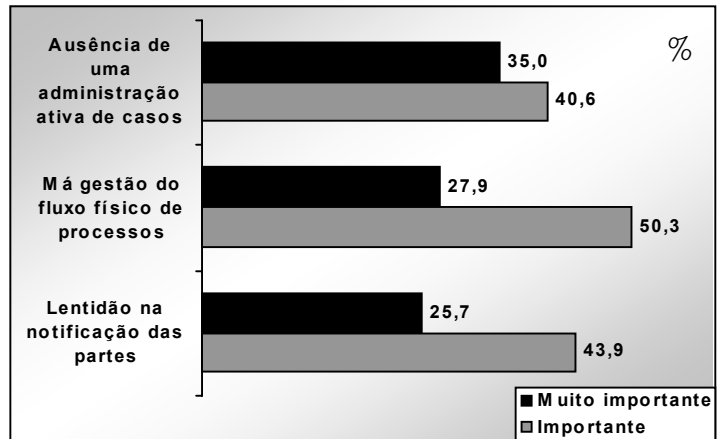


Fonte: IDE/BROO.ABR-1863

Perguntas: Com relação à insuficiência de recursos, qual a importância dos seguintes fatores para explicar a morosidade da Justiça?
Ramo do Judiciário

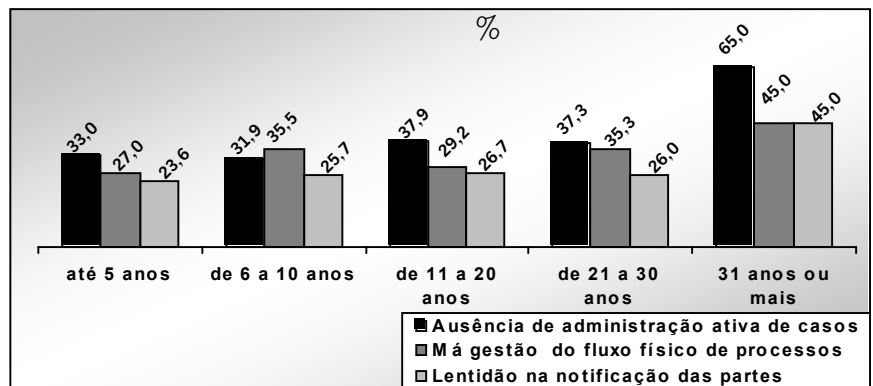
A Morosidade da Justiça e a Ineficiência Administrativa

A “má gestão do fluxo processual” é apontada como principal fator que explica a morosidade da Justiça em relação à ineficiência administrativa.



Segundo o ramo da Justiça ao qual o entrevistado é vinculado, a distribuição dos fatores apontados como muito importantes apresenta variações, mas é a “ausência de administração ativa de casos” o principal fator apontado.

A “ausência de administração ativa de casos” é também o principal fator apontado pela maior parte dos Juízes de todas as faixas de tempo na magistratura



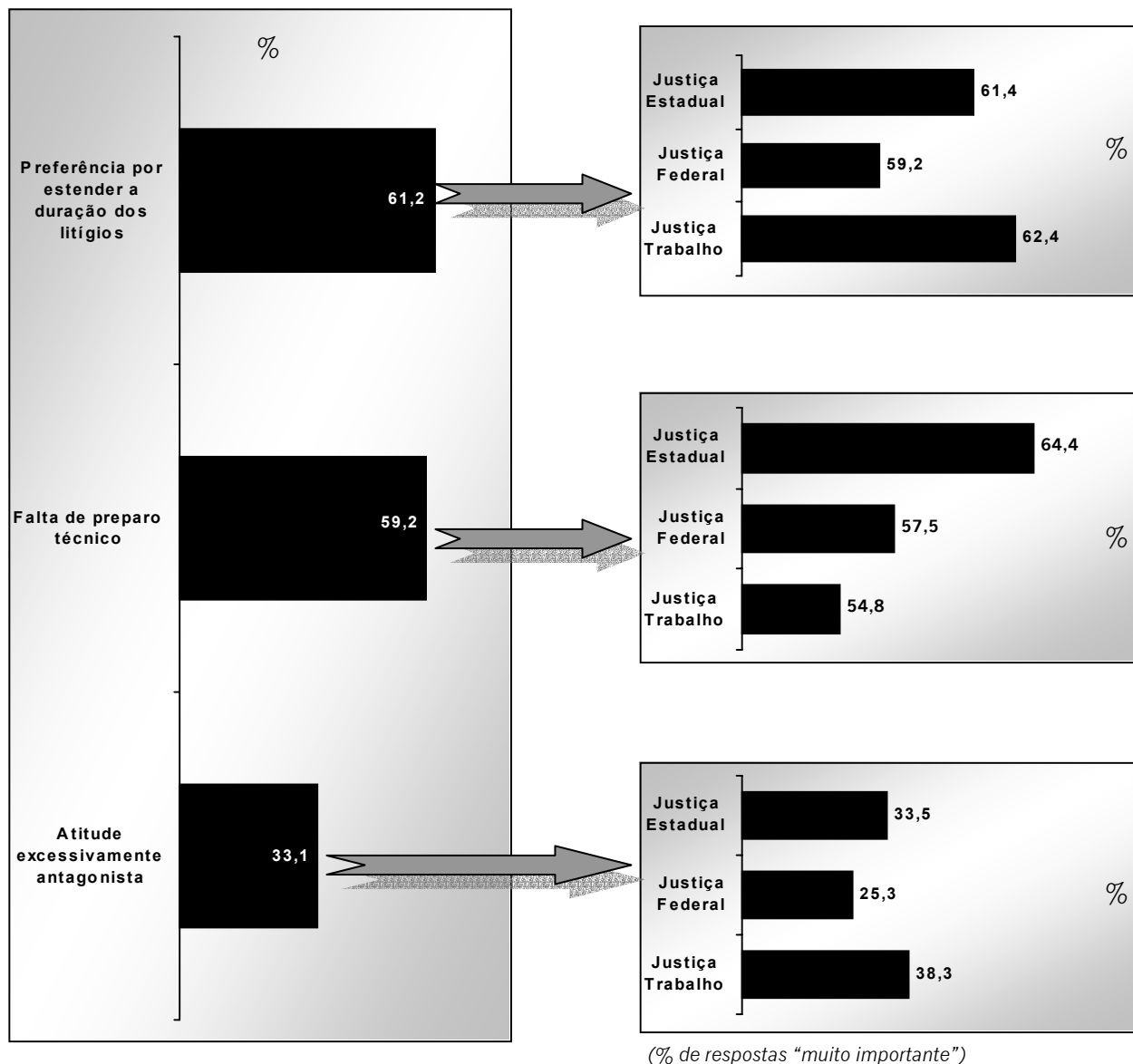
Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Com relação à ineficiência administrativa, quais dos seguintes fatores o(a) Sr.(a) considera que são importantes para explicar a morosidade da justiça?; Ramo do Judiciário; Tempo na Magistratura

A Morosidade da Justiça e a atuação dos advogados

Para a maioria dos Juízes entrevistados, 61,2%, o fator mais importante que explica a morosidade da Justiça com respeito à atuação dos advogados é a “preferência por estender a duração dos litígios”.

Dentre os Juízes vinculados à Justiça Estadual, uma pequena maioria, 64,4%, aponta a “falta de preparo técnico dos advogados” como, a mais importante explicação da morosidade da Justiça.



Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: No que se refere à forma de atuação dos advogados, que fatores em sua opinião ajudam a explicar a morosidade da Justiça?
Ramo do Judiciário

A Morosidade da Justiça como estratégia

Para os Juízes entrevistados, muitas pessoas, empresas e grupos de interesse recorrem à Justiça para “explorar a morosidade do Judiciário”.

Os tipos de causas que apresentam maior frequência dessa prática são as tributárias na esfera federal, com 90,5%, e tributárias na esfera estadual, com 88,6%.

Entre as menos apontadas estão as causas de propriedade industrial/marcas e patentes, as causas sobre direitos do consumidor e as de meio ambiente, todas com menos de 30% de respostas.

Opiniões sobre os tipos de causas que exploram a morosidade



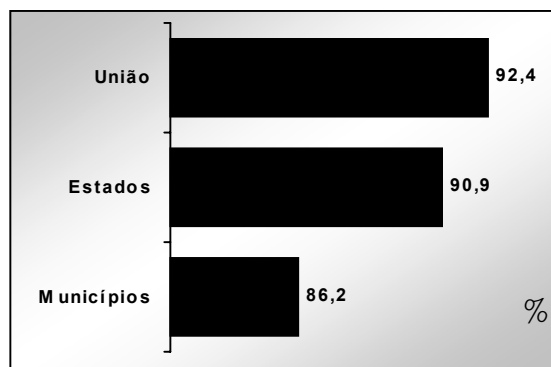
(% = soma das respostas “algo freqüente” e “muito freqüente”)

Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Afirma-se que muitas pessoas, empresas e grupos de interesse recorrem à justiça não para reclamar os seus direitos, mas para explorar a morosidade do Judiciário. Na sua opinião, em que tipos de causas essa prática é mais freqüente?

Também o Governo, nos seus diferentes níveis, é acusado pelos Juízes de recorrer à Justiça para retardar o cumprimento de suas obrigações:

Juízes consideram freqüente o uso da morosidade da Justiça pelo Governo

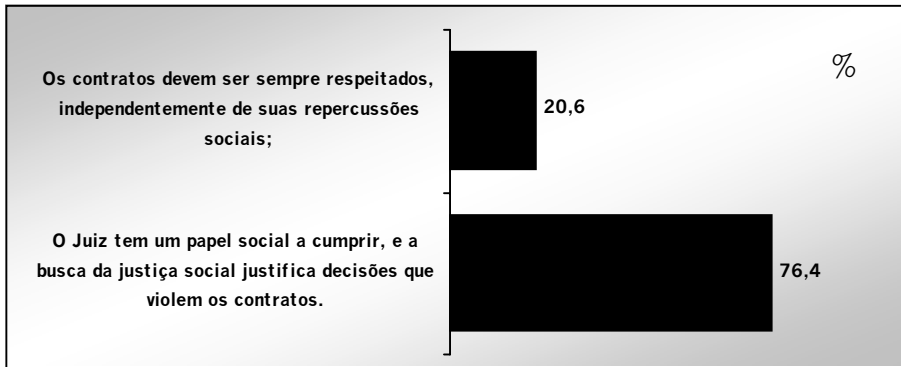


(% = soma das respostas “algo freqüente” e “muito freqüente”)

Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: E o governo, com que freqüência, em seus diferentes níveis, ele recorre à Justiça não para defender direitos, mas sim para retardar o cumprimento de suas obrigações?

Opinião dos Juízes sobre suas decisões



A grande maioria dos Juízes entrevistados afirma buscar a justiça social na tomada de decisões em situações em que há tensão entre contratos.

Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

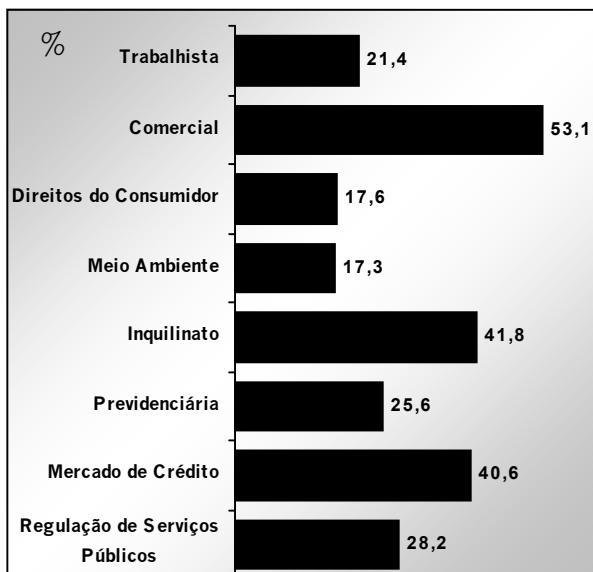
Perguntas: Na aplicação da lei, existe freqüentemente uma tensão entre contratos, que precisam ser observados, e os interesses de segmentos sociais menos privilegiados, que precisam ser atendidos. Considerando o conflito que surge nesses casos entre esses dois objetivos, duas posições opostas têm sido defendidas:

- A. Os contratos devem ser sempre respeitados, independentemente de suas repercussões sociais;
- B. O juiz tem um papel social a cumprir, e a busca da justiça social justifica decisões que violem os contratos.

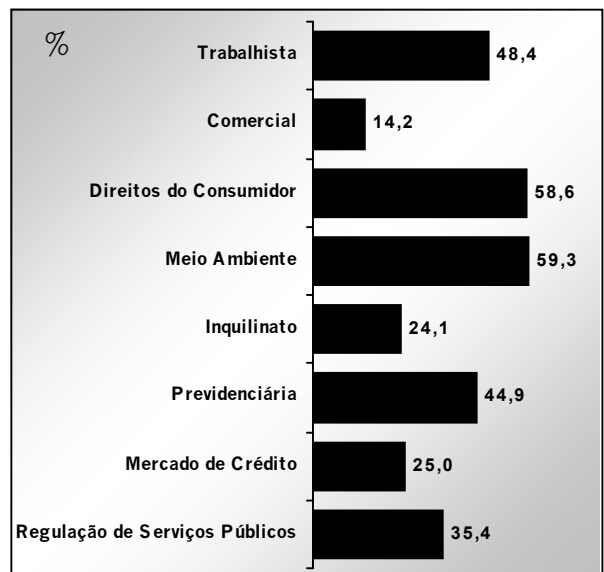
Com qual das suas posições o Sr.(a) concorda mais?

Mas, esse posicionamento varia segundo o tipo de causa a que se aplica: em causas sobre meio-ambiente ou direitos do consumidor prevalece a visão social, enquanto em causas como a comercial ou a de inquilinato prevalece a defesa dos contratos.

Respeito aos contratos



Decisões baseadas em justiça social



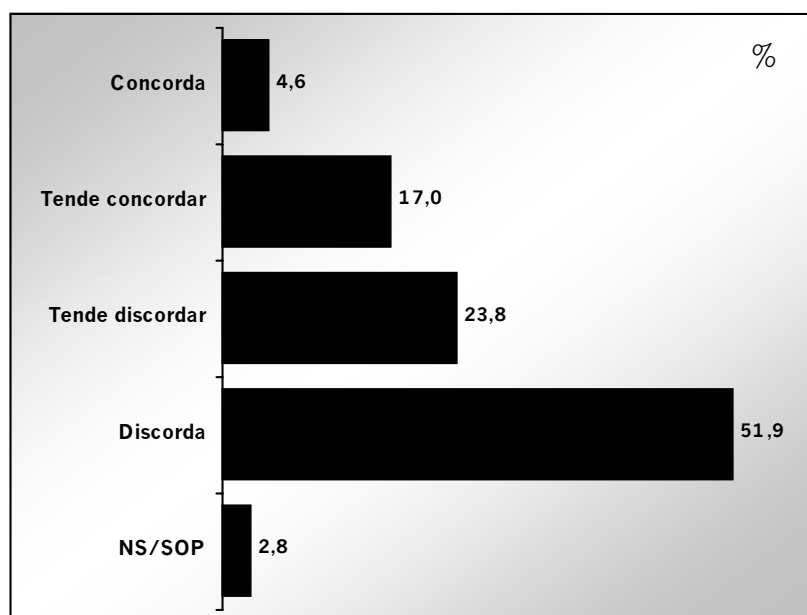
(% = soma das respostas "algo freqüente" e "muito freqüente")

Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Em que tipos de causas, em sua opinião, deve prevalecer a posição A (contratos devem ser sempre respeitados) ou a posição B (a busca da justiça social às vezes justifica decisões que violem os contratos)?

A Justiça e as Agências reguladoras de serviços públicos

A tendência em privilegiar decisões baseadas em uma visão social também se expressa na opinião dos Juízes sobre o respeito às decisões tomadas pelas Agências reguladoras de serviços públicos.



Mais de 70% dos Juízes discordam ou tendem a discordar das decisões das Agências reguladoras.

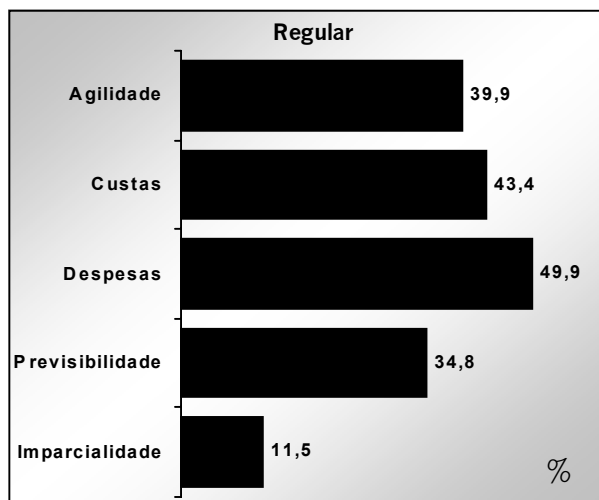
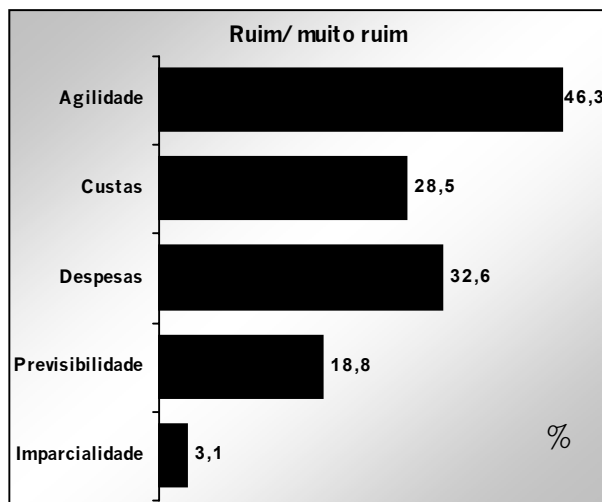
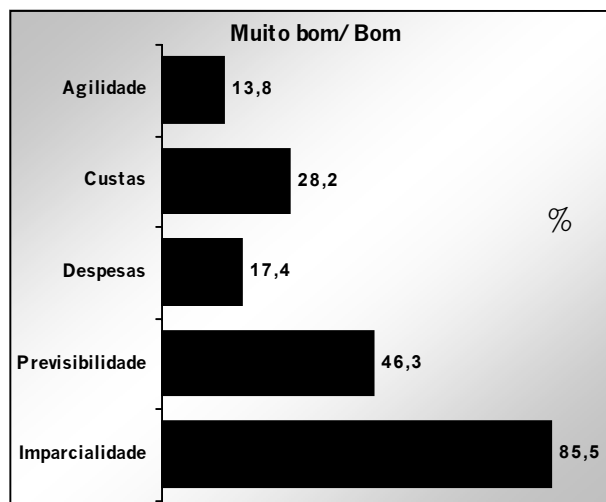
Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: As agências reguladoras de serviços públicos (ANATEL, ANEEL e outras) têm a atribuição de julgar conflitos entre concessionárias e destas com os consumidores. Propõe-se que nesses casos o Judiciário respeite as decisões tomadas pelo colegiado dessas agências, limitando-se a garantir o respeito às normas processuais, e evitando que o conteúdo da disputa seja julgado outra vez. O(a) Sr.(a) concorda com essa proposta?

Avaliação do Judiciário - Agilidade e desempenho

Na pesquisa realizada em 2000, os Juízes avaliaram o Judiciário brasileiro em relação à agilidade, custas, despesas (com advogados, peritos etc.), previsibilidade e imparcialidade.

Opiniões dos Juízes sobre o desempenho



A avaliação "regular" predomina em quase todas as categorias. A avaliação "positiva" destacou-se para a imparcialidade. Para os itens agilidade e despesas, predominam avaliações "negativas".

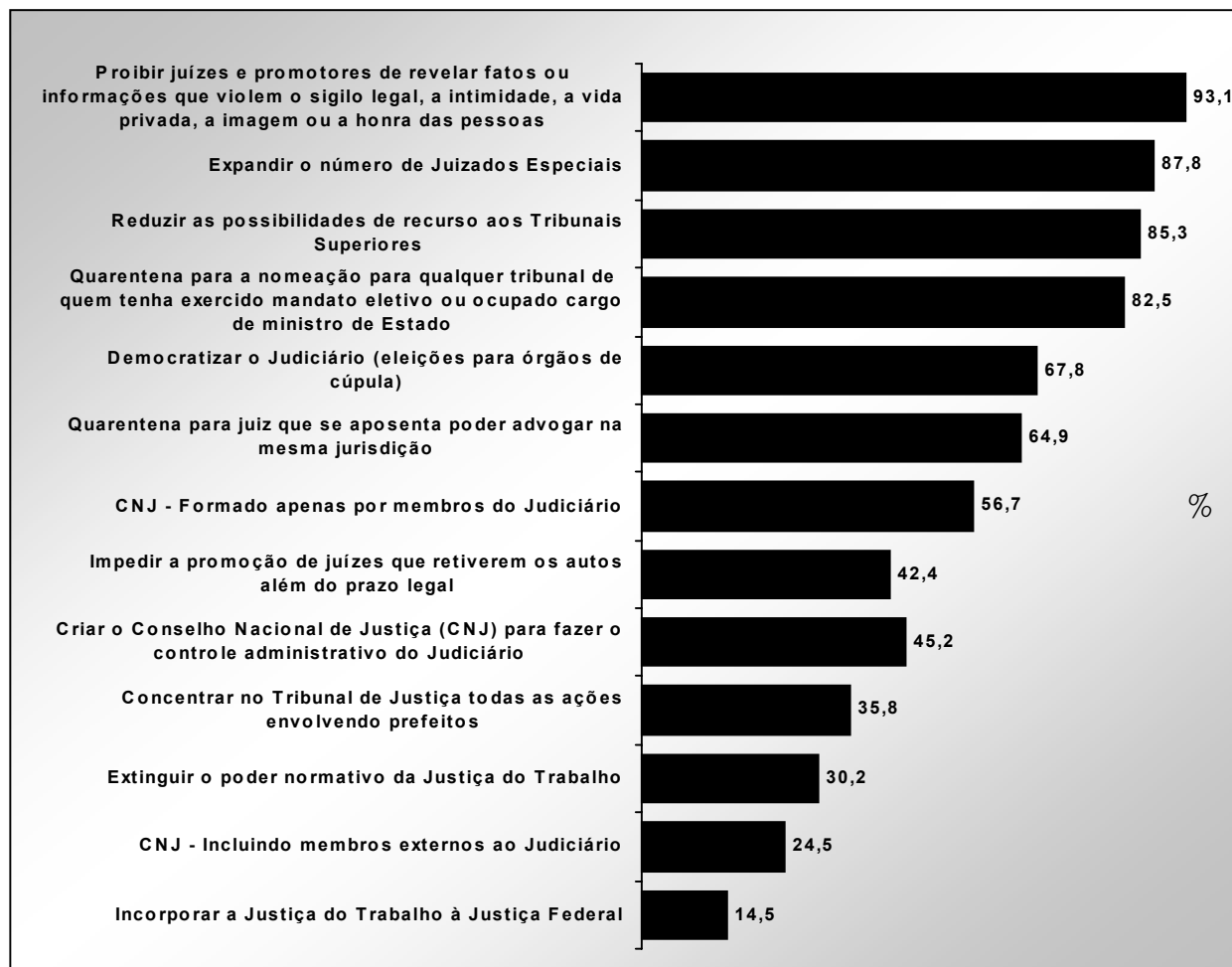
Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Como o Sr.(a) avalia o Judiciário brasileiro como um todo em relação a: agilidade, custas, despesas, previsibilidade e imparcialidade.

Medidas propostas para a melhora do desempenho do Judiciário

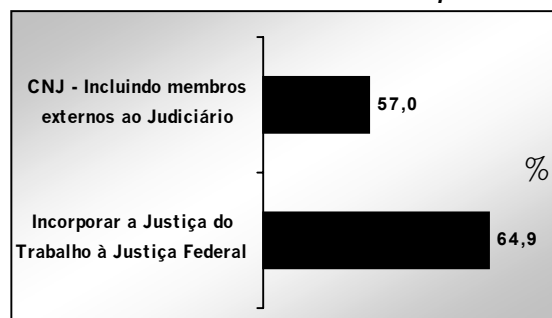
Dentre as propostas para a melhoria do desempenho do Judiciário destacam-se a expansão do número de juizados especiais, a redução das possibilidades de recursos aos Tribunais Superiores, e o período de quarentena para a nomeação, para qualquer tribunal, de quem tenha exercido mandato eletivo ou ocupado cargo de ministro de Estado.

Medidas consideradas muito positivas/ positivas



(apenas respostas válidas)

Medidas consideradas nada positivas



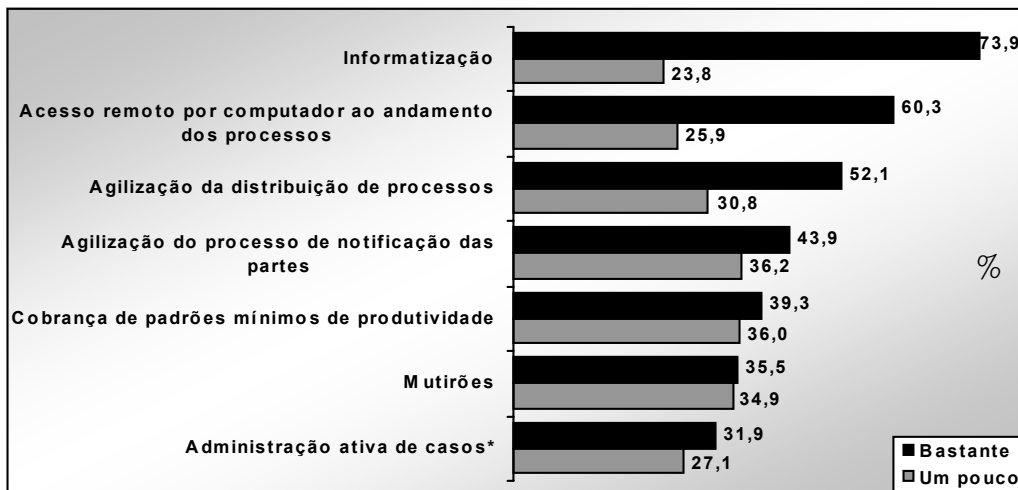
Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Diversas medidas têm sido sugeridas para melhorar o desempenho do Judiciário – isto é, para torná-lo mais ágil, acessível, previsível e imparcial. Gostaríamos de saber como o(a) Sr.(a) avalia as seguintes propostas, tendo em vista esse objetivo geral de melhorar o funcionamento da Justiça.

Medidas para agilização

Entre as medidas adotadas pelos juizes entrevistados para agilizar a tramitação de processos nos seus tribunais ou comarcas, as mais citadas foram a informatização, o acesso remoto ao andamento dos processos e a agilização da distribuição de processos.

Intensidade em que as providências foram adotadas no tribunal do entrevistado

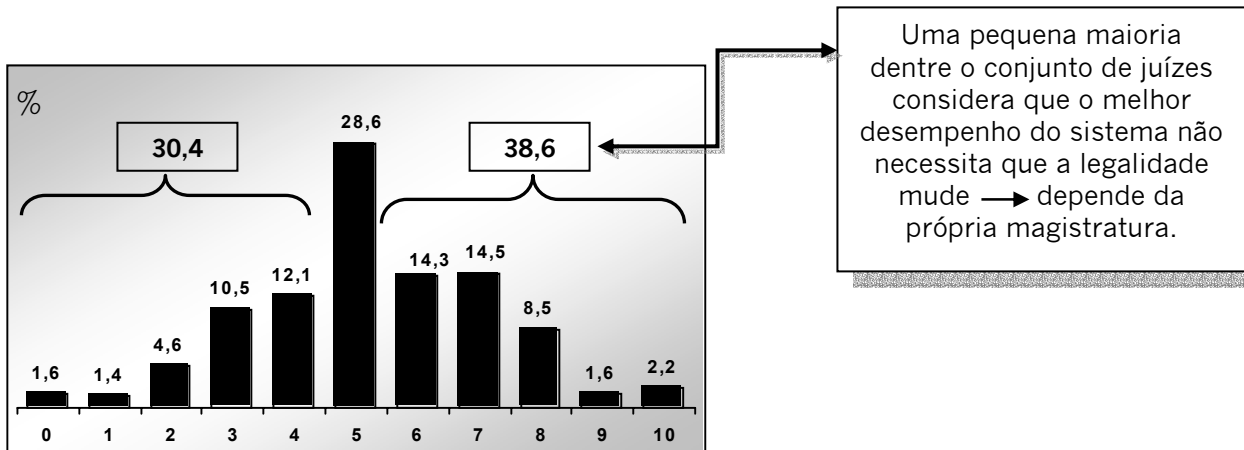


*Por exemplo, agrupar e decidir em conjunto processos com o mesmo conteúdo

Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Alguns tribunais/comarcas vêm tomando providências para agilizar a tramitação de processos. O(a) Sr.(a) poderia nos indicar em que medida as seguintes providências foram adotadas em seu tribunal/comarca nos dois últimos anos?

O alcance do Judiciário para melhorar a Justiça, na visão dos Juízes

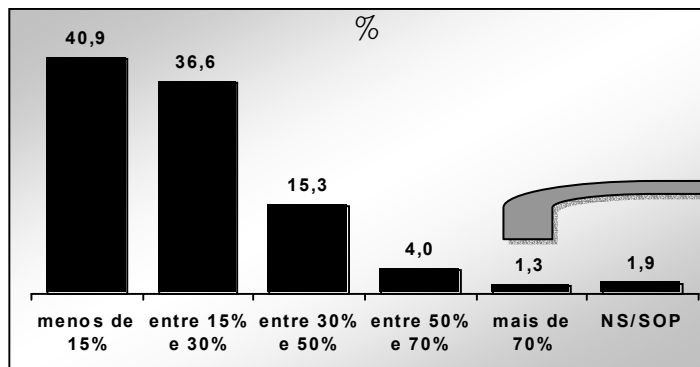


Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

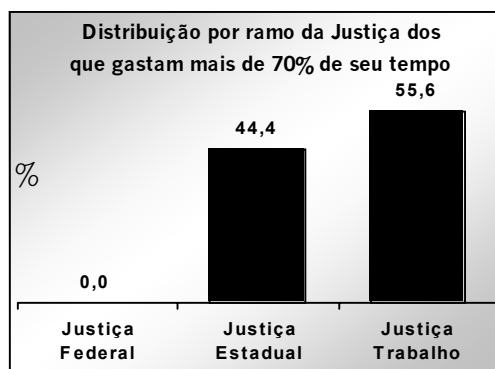
Perguntas: Na visão de vários analistas, o funcionamento da Justiça poderia ser significativamente melhorado com mudanças ao alcance do próprio Judiciário, sem necessidade de alterações na legislação. Em uma escala de 0 a 10, em que zero significa que não há nada que a magistratura possa fazer, e em que dez significa que só depende dela melhorar o desempenho do sistema, em que situação o(a) Sr.(a) avalia que esteja o Judiciário no Brasil?

O tempo gasto com atividades administrativas

A maioria dos juízes entrevistados (74%) declarou gastar até 30% do seu tempo com atividades administrativas.



Os que mais gastam tempo com tais atividades estão vinculados à Justiça do Trabalho.

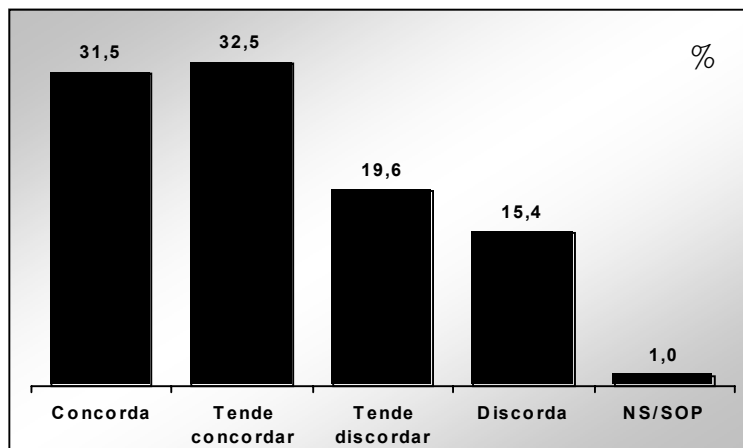


Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Estima-se que no Brasil os juízes gastem muito do seu tempo em atividades administrativas. Já na Alemanha e em Cingapura, por exemplo, os juízes dedicam todo o seu tempo a atividades judicantes. Gostaríamos de saber, no seu caso, que proporção do seu tempo o(a) Sr.(a) gasta em atividades administrativas? Ramo do Judiciário

Opinião sobre critérios de promoção

A criação de indicadores quantitativos de desempenho é uma das formas de implementar o critério constitucional de aferir merecimento aos Juízes. As opiniões dos Juízes são predominantemente favoráveis a esse critério de promoção:

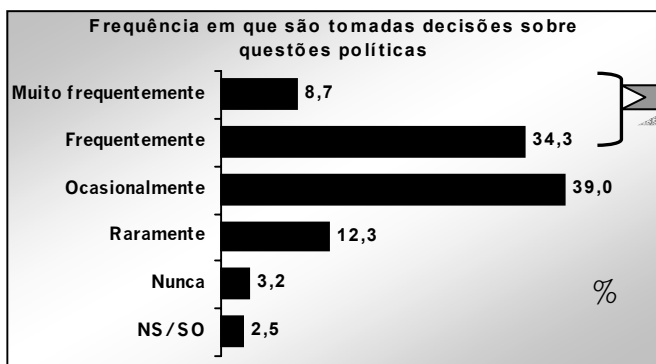


Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: A Constituição (Artigo 93) cita como critérios para aferir o merecimento do juiz a presteza e a segurança no exercício da jurisdição. Uma forma de implementar essa diretriz consiste em criar indicadores quantitativos do desempenho dos juízes e utilizá-los como critério de promoção. Qual a sua opinião sobre essa proposta?

Opiniões Gerais

Sobre decisões políticas



43% dos Juízes consideram que com frequência têm que decidir sobre questões políticas.

Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Argumenta-se que nos últimos anos os juizes têm arcado com o ônus de decidir sobre questões que são de caráter essencialmente político, e que portanto deveriam ser resolvidos pelos poderes políticos. Na sua opinião, com que frequência isso ocorre?

Sobre a politização do Judiciário

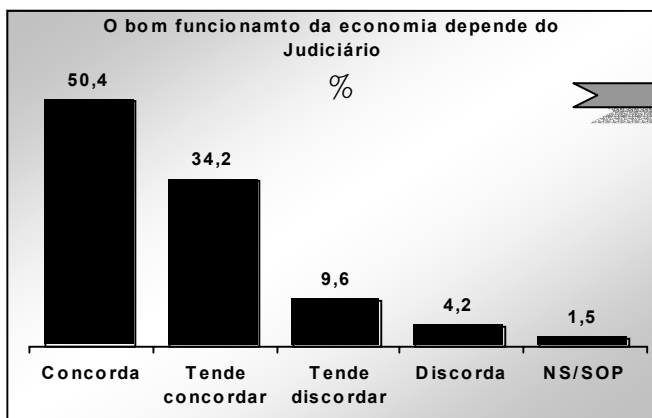


Metade dos Juízes entrevistados afirma que o Judiciário se politizou nos últimos anos.

Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: No sentido oposto, argumenta-se que também o Judiciário se "politizou" muito nos últimos anos, o que faz com que por vezes as decisões sejam baseadas mais nas visões políticas do juiz do que em uma leitura rigorosa da lei. Na sua opinião, com que frequência isso ocorre?

Sobre o papel do Judiciário na Economia



Metade dos Juízes concorda que, com a redução do papel do Estado na economia, a importância do Judiciário aumentou.

Fonte: IDE/BR00.ABR-1863

Perguntas: Tem-se afirmado que as reformas econômicas implantadas nos últimos dez anos, por reduzir muito a intervenção direta do Estado, aumentaram a importância do Judiciário para o bom funcionamento da economia. Nessa nova situação, a economia dependerá cada vez mais de um judiciário ágil, acessível, previsível e imparcial. O(a) Sr.(a) concorda com essa afirmação?

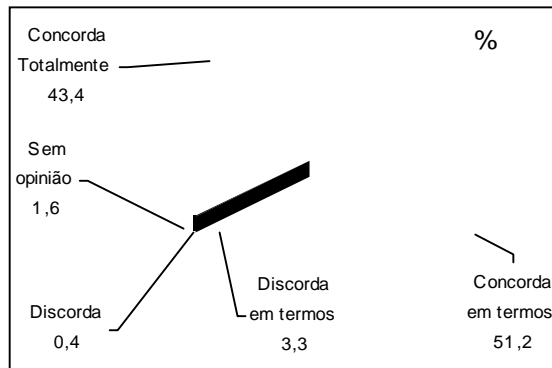
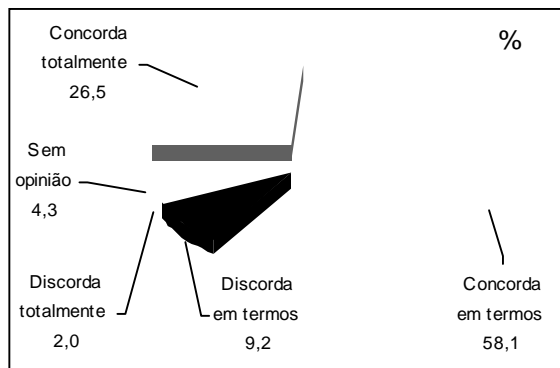
Avaliação da Administração da Justiça

Em 1996 e 1997 o IDESP realizou pesquisas com procuradores, promotores e membros do Ministério Público para uma avaliação da administração da Justiça. Os dados mostram uma diferença importante entre as duas pesquisas: em 1997, a tendência ao descontentamento predominava entre os membros do Ministério Público, destacando-se a opinião dos integrantes do Ministério Público Federal:

Em 1996

A Justiça está em crise

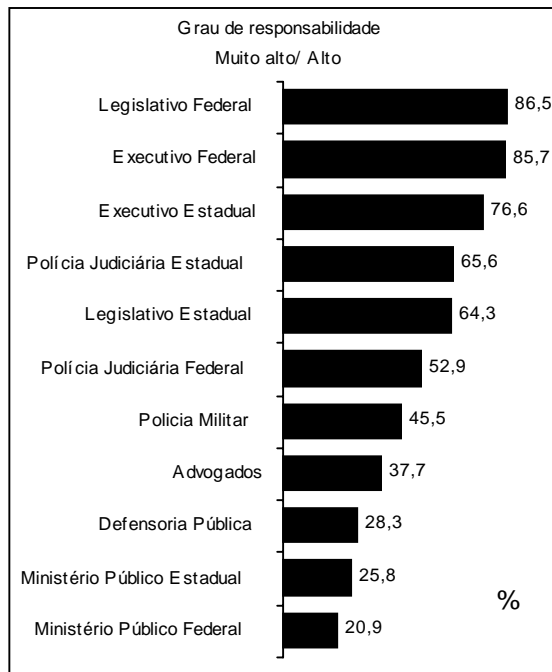
Em 1997



Para os membros do Ministério Público, o Legislativo Federal é a instituição com maior responsabilidade pelo mau funcionamento da Justiça. Em seguida destacam-se os poderes Executivos Federal e Estadual.

Em 1996

Em 1997

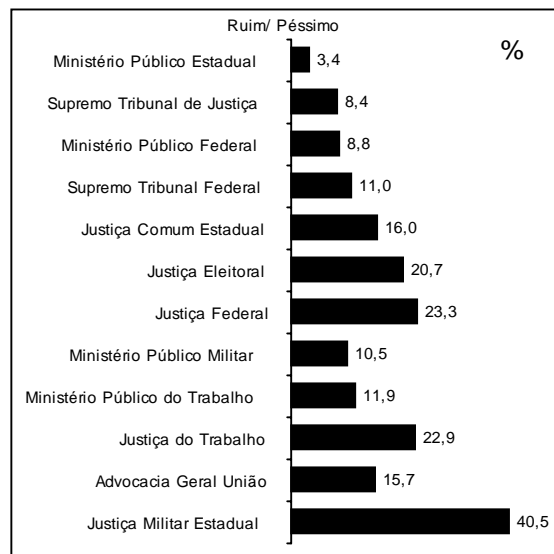
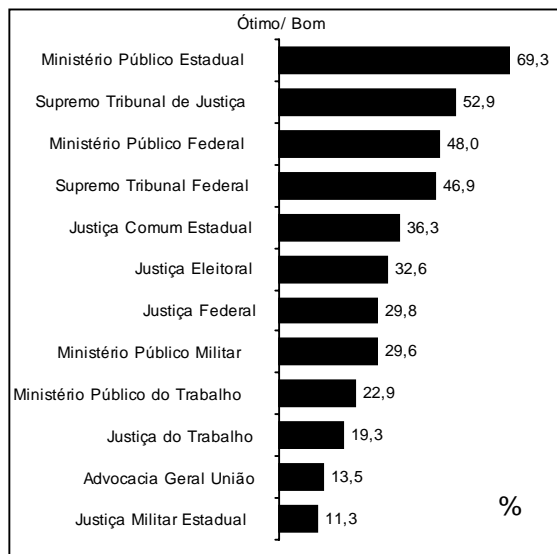


Fonte: IDE/BR96.JUN-1861, IDE/BR97.SET-1862
 Perguntas : Tem-se afirmado que a administração da Justiça no Brasil está em crise. O Sr.(a) concorda com essa afirmação?
 Na sua opinião, qual é o grau de responsabilidade das instituições e agentes listados abaixo pelo mau funcionamento da Justiça no Brasil?

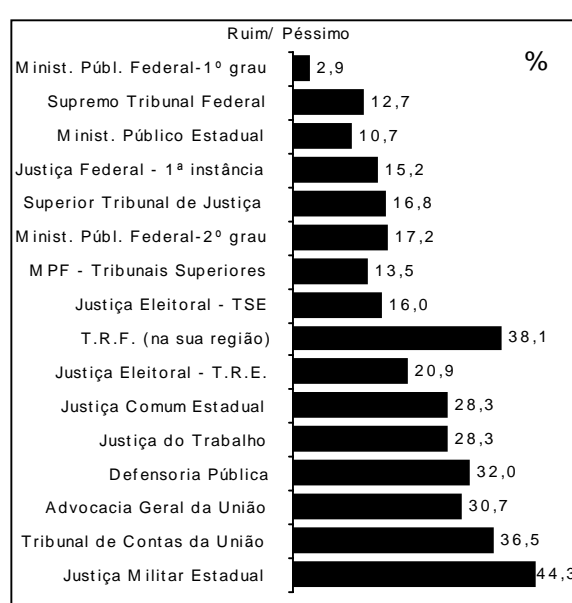
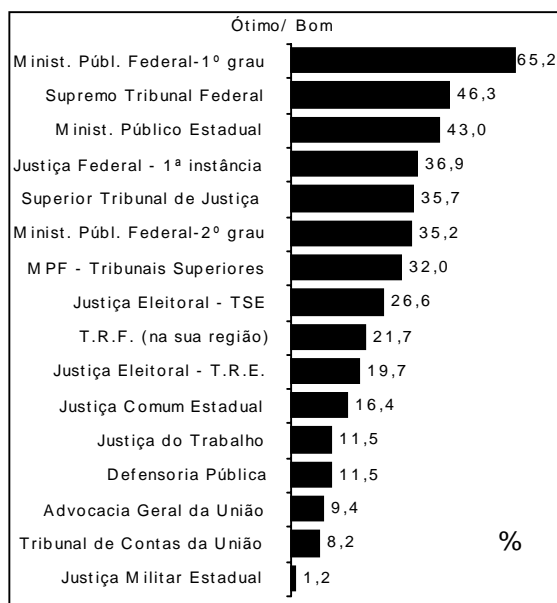
Avaliação de desempenho de órgãos e poderes

Tanto os dados de 1996 quanto os de 1997 mostra m uma tendência positiva dos integrantes do Ministério Público em avaliar a própria instituição.

1996



1997

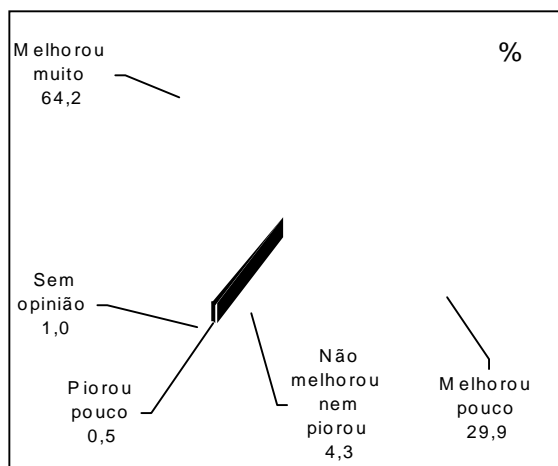


Fonte: IDE/BR96.JUN-1861, IDE/BR97.SET-1862

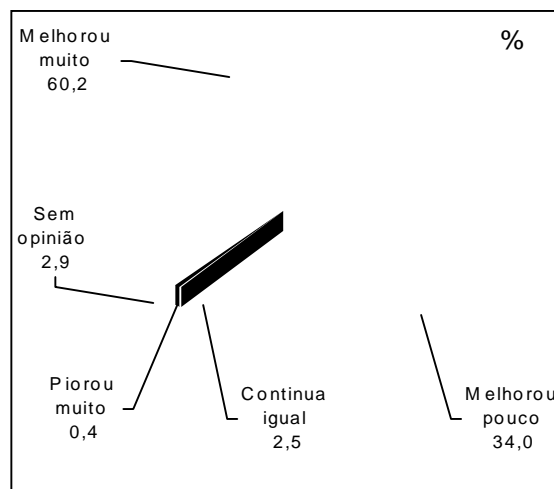
Perguntas : De maneira geral, como o Sr.(a) avalia o desempenho dos seguintes órgãos e poderes, nos últimos 12 meses?

O Ministério Público adquiriu novas atribuições com a Constituição de 1988, como a defesa da ordem jurídica dos interesses sociais e individuais indisponíveis e a defesa do regime democrático. Nas duas pesquisas, a maioria dos entrevistados avalia que a prestação da justiça no Brasil melhorou muito a partir de então.

Em 1996



Em 1997

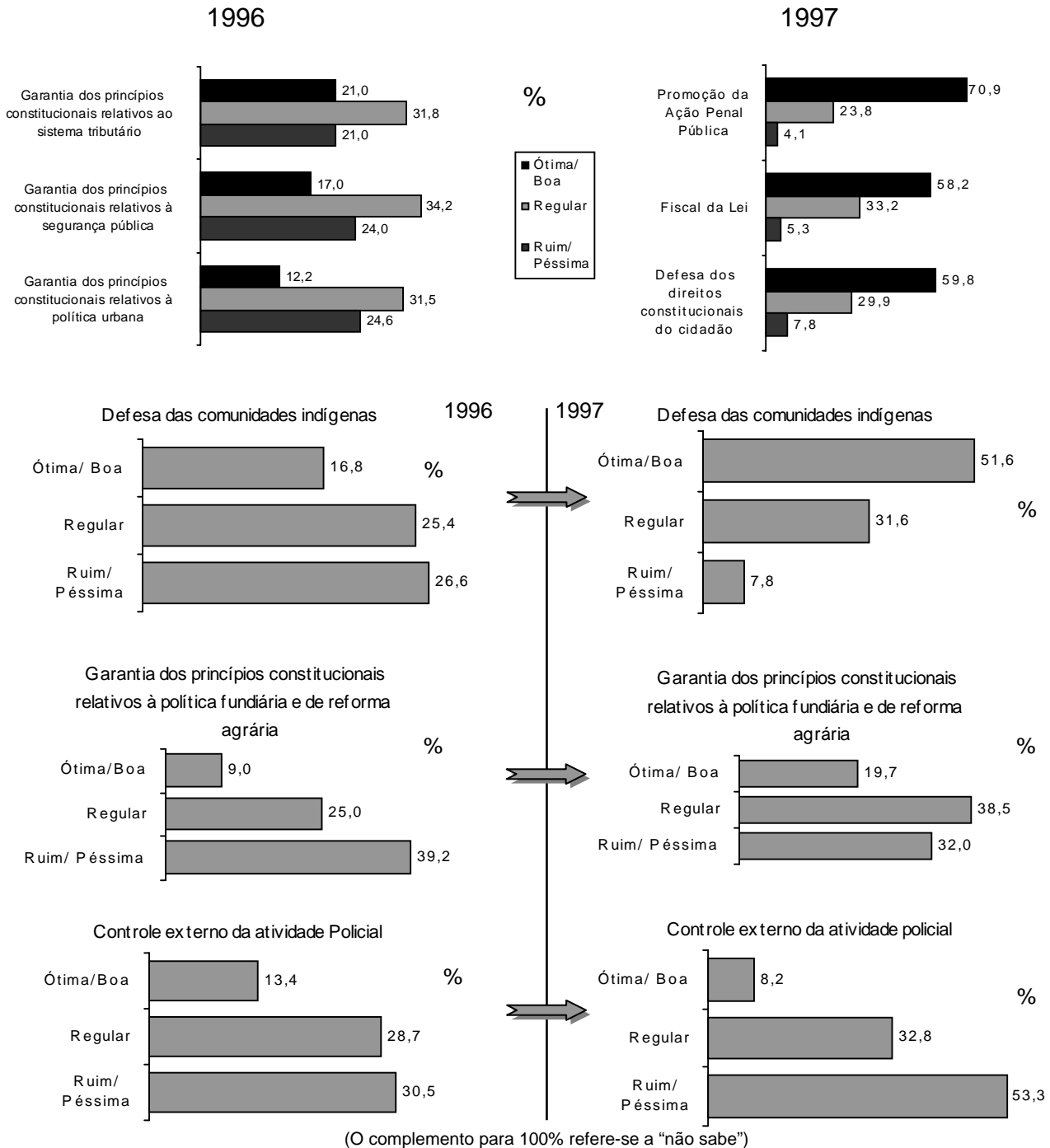


Fonte: IDE/BR96.JUN-1861, IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: Na sua avaliação, a prestação da justiça no Brasil melhorou ou piorou com as novas atribuições conferidas ao Ministério Público pela Constituição de 1988?

Em 1997, as avaliações da atuação do Ministério Público Federal tendem a ser mais positivas do que as avaliações do ano anterior. Em específico, para dois dos três itens comparáveis – “defesa das comunidades indígenas” e “garantia dos princípios constitucionais relativos à política fundiária” – as avaliações são significativamente melhores.

Não é o que ocorre, entretanto, com o “controle externo da atividade policial”:



Fonte: IDE/BR96.JUN-1861, IDE/BR97.SET-1862

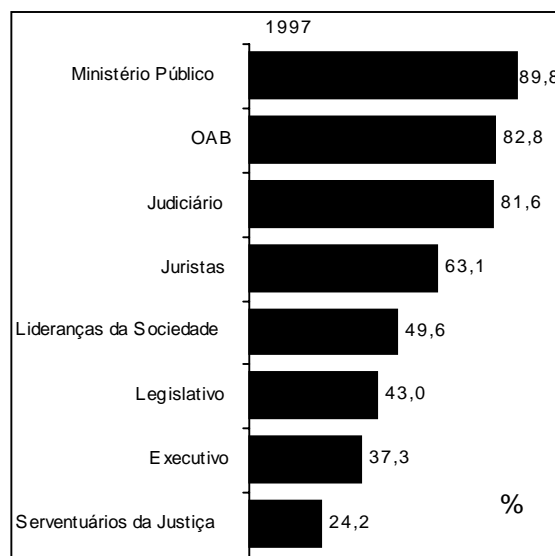
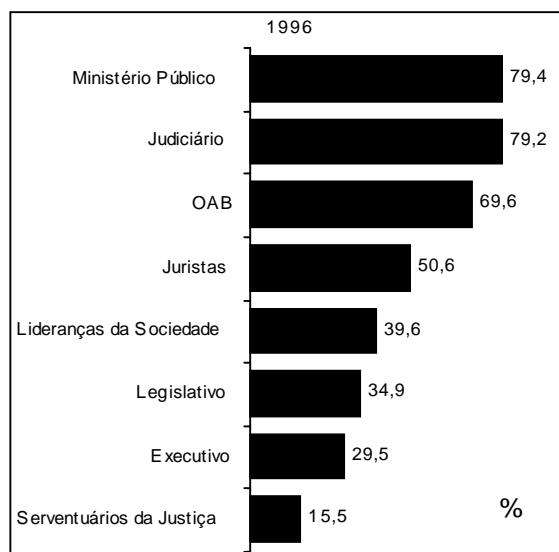
Perguntas : Como o Sr.(a) avalia a atuação do Ministério Público Federal nas seguintes funções, desde 1988?

Controle externo do Poder Judiciário

O controle externo do Judiciário é uma das questões mais polêmicas sobre a reforma do Judiciário.

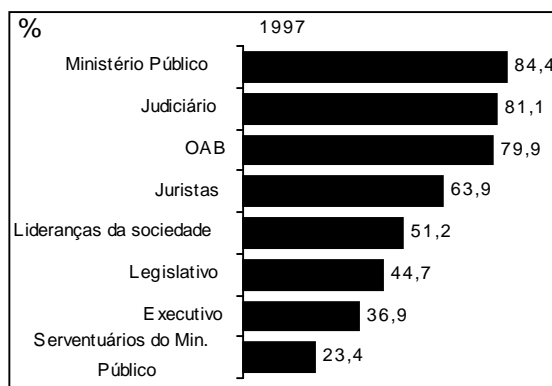
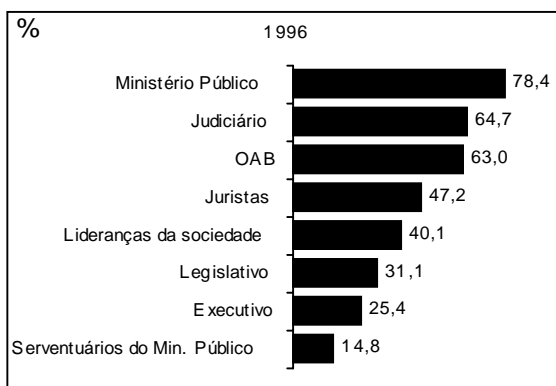
Os dados mostram que para os magistrados, ante a possibilidade desse órgão de controle ser formado, a preferência é que seja majoritariamente composto por membros do Ministério Público, do próprio Judiciário e membros da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Entre as duas pesquisas, destaca-se o aumento da proporção de integrantes membros da sociedade.

Composição do órgão de controle externo do Judiciário, segundo o Ministério Público:



Controle externo do Ministério Público

Com relação ao próprio Ministério Público, seus membros entrevistados seguem a mesma tendência com relação ao Judiciário: a maioria prefere que a composição do órgão de controle tenha a presença de membros do Ministério Público, Judiciário e membros da OAB.

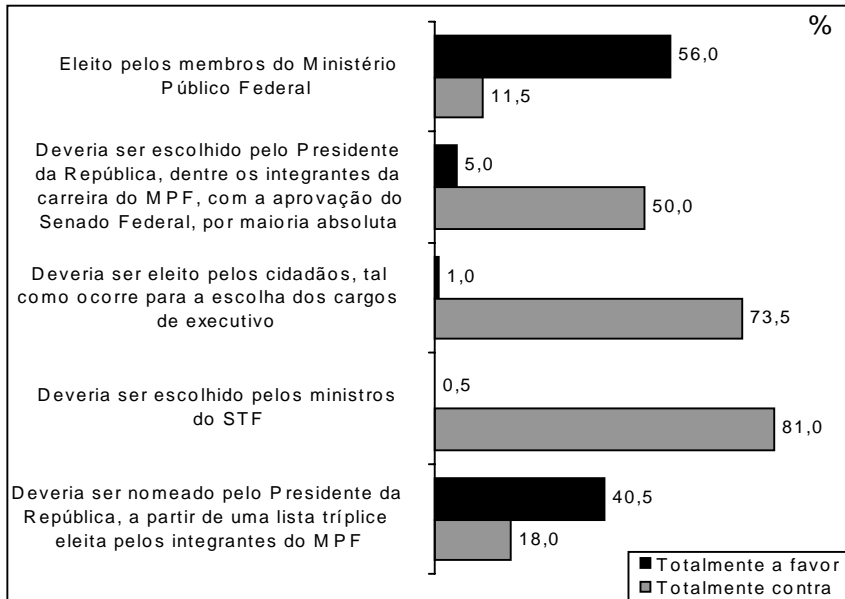


Fonte: IDE/BR96.JUN-1861, IDE/BR97.SET-1862

Perguntas : Na sua opinião, como deve ser integrado o órgão de controle externo do Poder Judiciário, caso ele venha a ser criado?; Na sua opinião, como deve ser integrado o órgão de controle externo do Ministério Público, caso ele venha a ser criado?

A escolha do Procurador Geral da República

Posicionamento sobre as formas de escolha

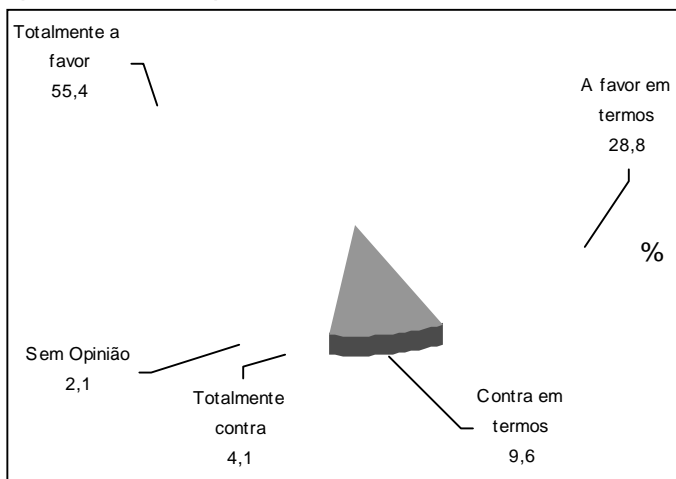


Sobre as formas de escolha do Procurador Geral da República, destacam-se as opiniões fortemente contrárias à sua indicação pelo Supremo Tribunal Federal e à sua eleição pelos cidadãos.

Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas : Qual a sua opinião sobre a forma de escolha/nomeação do Procurador Geral da República?

Opinião sobre o perfil técnico do Procurador Geral



Em pesquisa anterior (1996), haviam concordado mais da metade dos entrevistados, que o Procurador Geral da República deveria ter perfil mais técnico do que político.

Fonte: IDE/BR96.JUN-1861

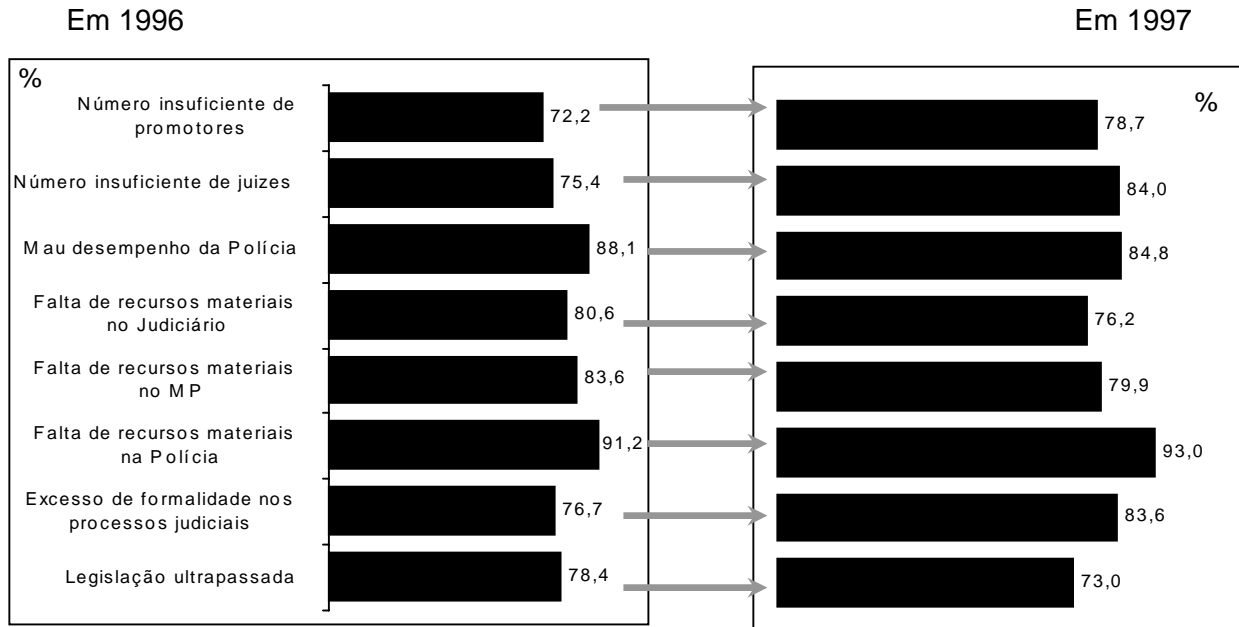
Perguntas : Ainda sobre o funcionamento da Justiça, o Sr.(a) é a favor ou contra os seguintes dispositivos legais ou propostas?

b) Que o Procurador Geral da República tenha um perfil mais técnico do que político.

O Funcionamento da Justiça

Quanto ao levantamento de fatores que obstaculizam o bom funcionamento da Justiça no país, nas duas pesquisas o número insuficiente de recursos humanos e a falta de recursos materiais à Polícia concentram as opiniões do Ministério Público, e têm suas avaliações agravadas no período.

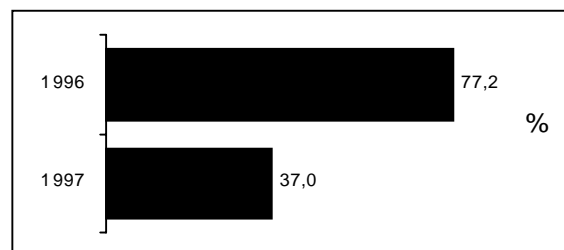
Obstáculos mais importantes ao bom funcionamento (fatores com mais de 70% das menções)



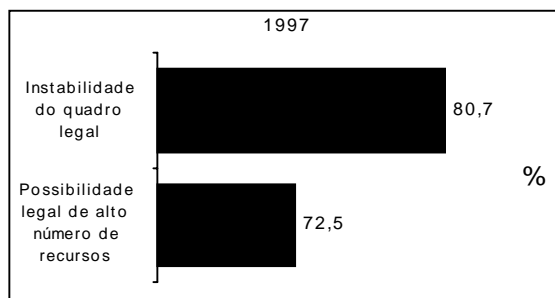
(soma das respostas "muito importante" e "importante")

Em 1996, a má formação profissional dos advogados também foi considerada um obstáculo importante para 77,2% dos entrevistados. Em 1997, esse percentual cai para 37%.

Má formação profissional dos advogados



Dificuldades do quadro legal



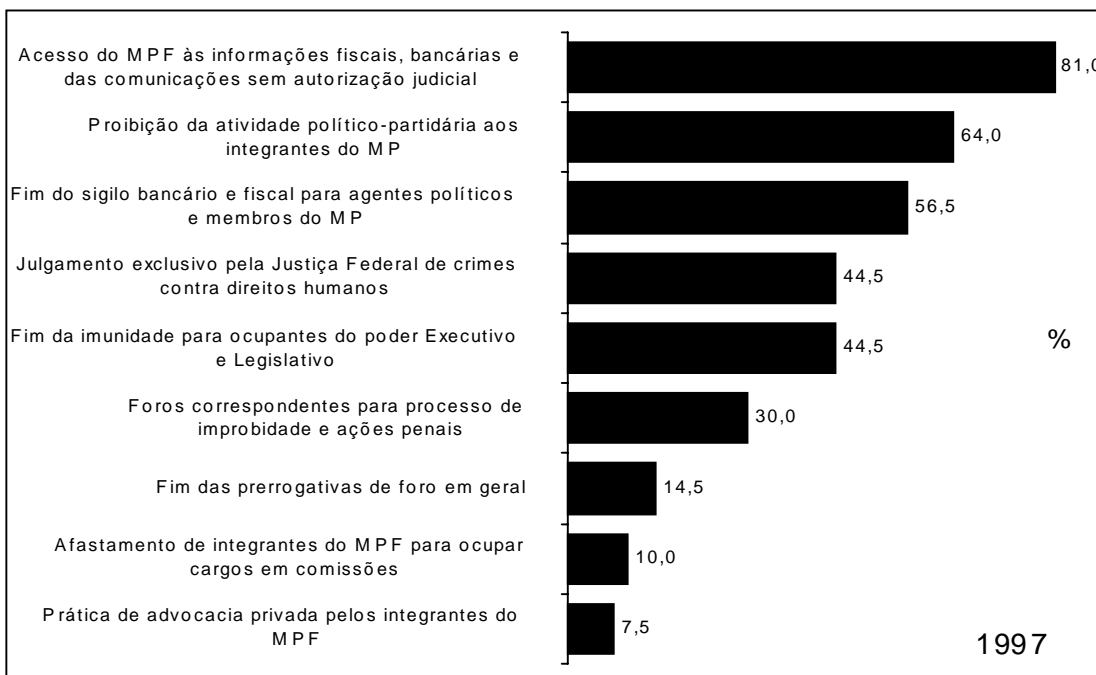
Em 1997, a instabilidade do quadro legal e a possibilidade legal do alto número de recursos surgiram como obstáculos importantes. Em 1996, esses fatores eram muito importantes para 52,9% e 45,5% dos entrevistados, respectivamente.

Fonte: IDE/BR96.JUN-1861, IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: Na instância em que o Sr.(a) atua, qual a importância dos seguintes fatores como obstáculos ao bom funcionamento da Justiça no Brasil?

Na pesquisa de 1997, alguns dispositivos legais e propostas que afetam o exercício do desempenho do Ministério Público foram avaliados por seus membros entrevistados.

Opiniões totalmente favoráveis



Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas : Ainda sobre o funcionamento da administração da Justiça, o Sr.(a) é a favor ou contra os seguintes dispositivos legais ou propostas?

Destaca-se a forte aprovação das propostas de acesso às informações bancárias, fiscais e de comunicação sem autorização judicial – 81%, de proibição de atividade partidária aos membros do Ministério Público – 64%, e do fim do sigilo bancário e fiscal para agentes políticos e membros do Ministério Público – 56,5%.

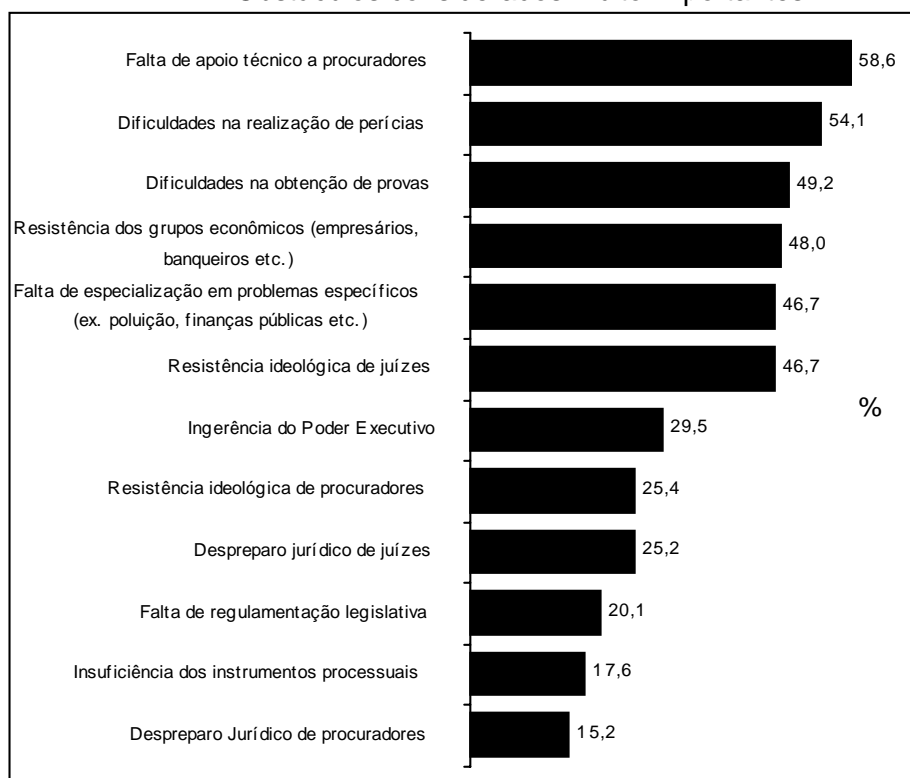
Por outro lado, é o baixo apoio às propostas de afastamento de membros do MP para ocupar cargos em comissões, e de prática de advocacia privada pelos membros do MP, aprovadas por apenas 10% e 7,5% dos entrevistados respectivamente.

Obstáculos à atuação na área dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos

A área de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos é um campo de atuação recente do Ministério Público e vários aspectos emergem como obstáculos ao seu bom funcionamento.

Entre estes, os principais são a falta de apoio técnico e a dificuldade na realização de perícias.

Obstáculos considerados muito importantes



(respostas "muito importante")

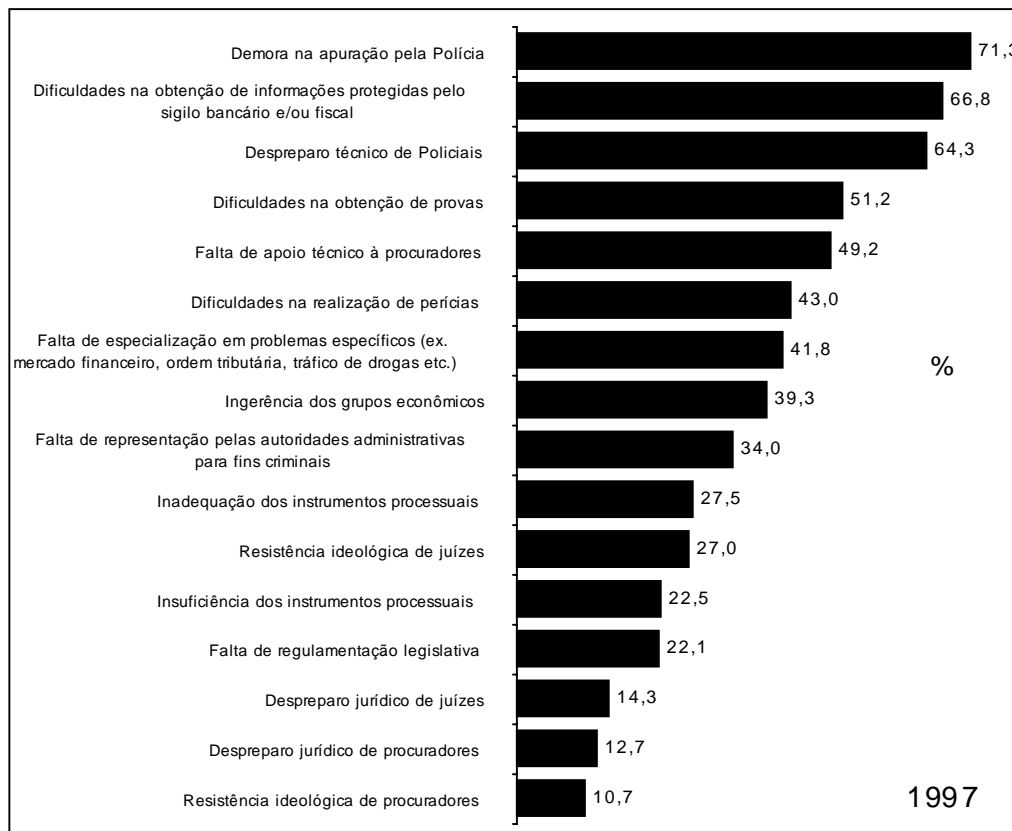
Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: No que se refere aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, qual a importância dos seguintes fatores como obstáculos a uma adequada prestação jurisdicional?

Obstáculos à atuação quanto à ação penal e à impunidade

Os dados mostram que para o Ministério Público, o desempenho insuficiente da repressão penal decorre sobretudo da atuação da polícia, seja por sua dinâmica de apuração, seja pelo seu despreparo.

Fatores que explicam o mau desempenho



(respostas "muito importante")

Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas : No que se refere à ação penal e à impunidade, qual a importância dos seguintes fatores como obstáculos a uma adequada prestação jurisdicional?

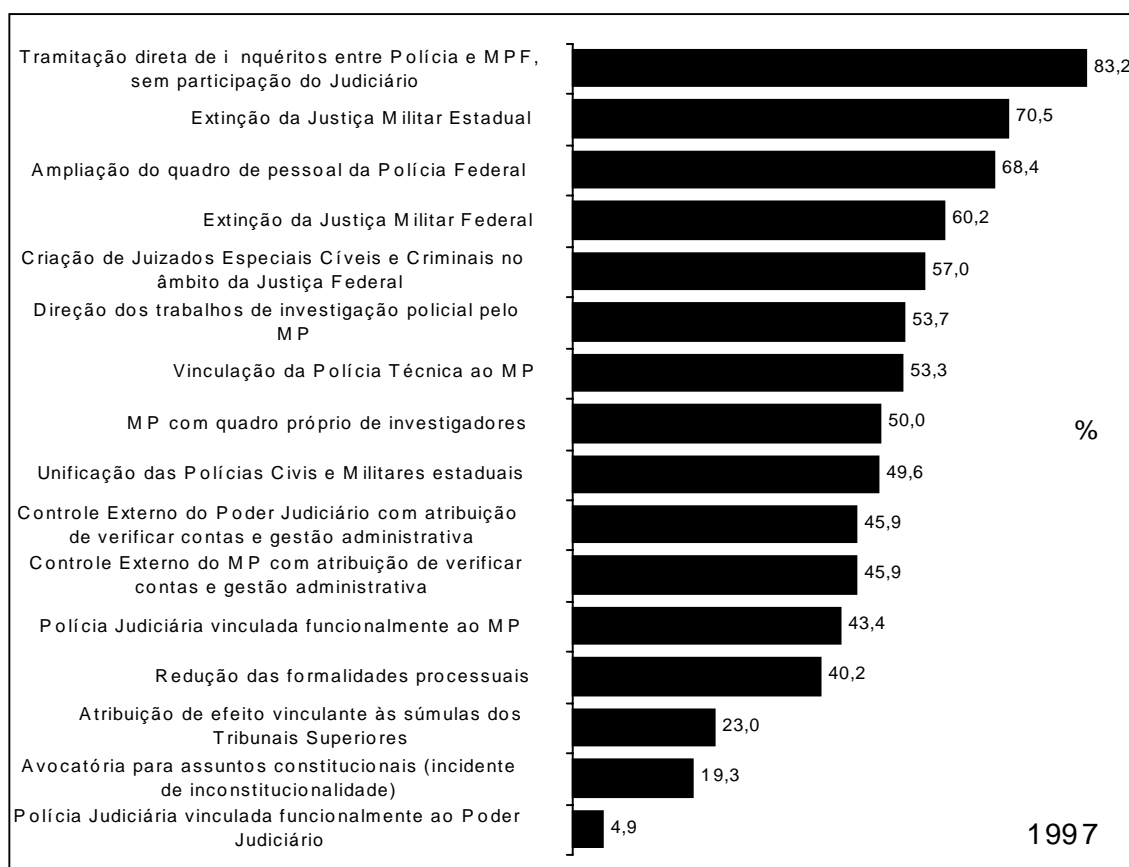
Propostas para melhoria do funcionamento da Justiça

Em função das críticas ao mau desempenho da Justiça, várias propostas para melhoria do seu funcionamento contam com a aprovação do Ministério Público.

Dentre as propostas com significativa aprovação pelos entrevistados em 1997, algumas abordam o relacionamento entre o Ministério Público e a Polícia. Nesse caso destaca-se a aprovação da proposta de envio dos autos de inquérito policial diretamente ao Ministério Público, sem passar pelo Judiciário (83,2% de aprovação).

Outra proposta aprovada pela maioria dos entrevistados é a de direção dos trabalhos de investigação policial pelo Ministério Público (53,7%).

Opiniões totalmente favoráveis



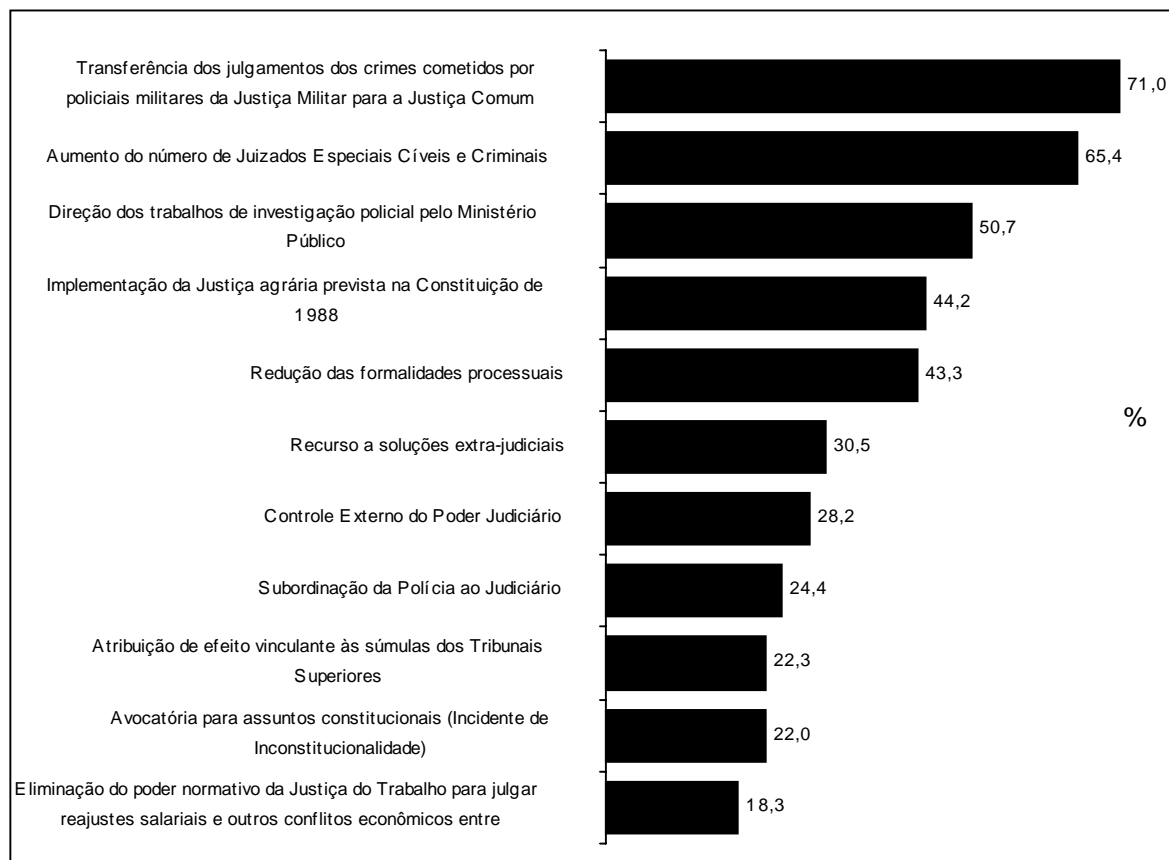
Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: Diversas propostas têm sido feitas para melhorar o funcionamento da Justiça brasileira. Gostaríamos de saber se o Sr.(a) é a favor ou contra as propostas listadas abaixo.

1996

Em 1996 a proposta com maior apoio dos membros do Ministério Público também abordava a relação com a Polícia: a transferência para a Justiça comum dos crimes cometidos por policiais militares, com 71% de aprovação.

Opiniões totalmente favoráveis

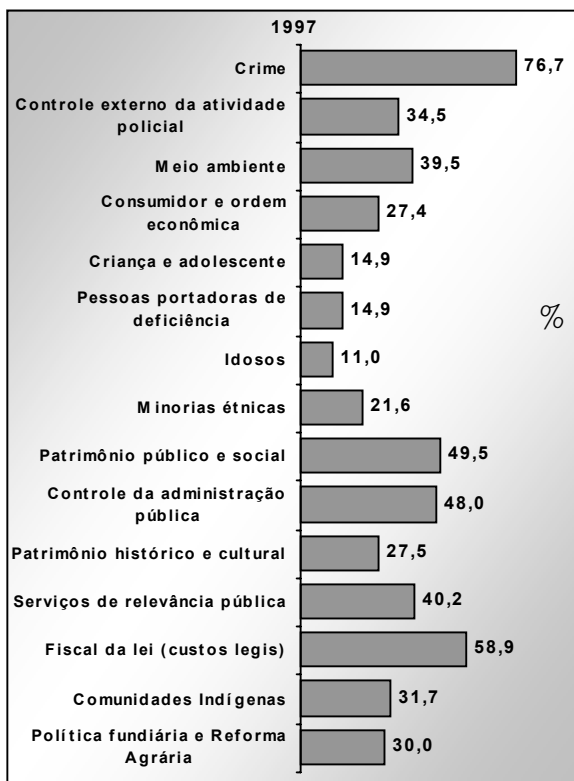


Fonte: IDE/BR96.JUN-1861

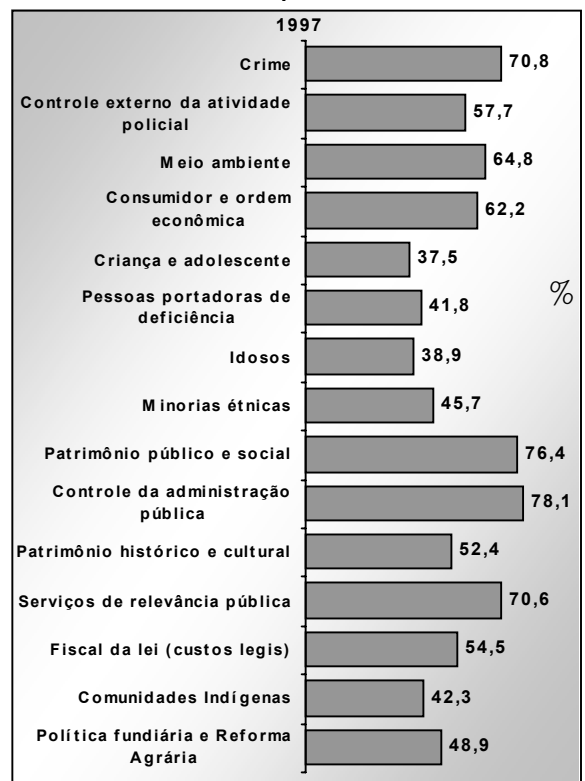
Perguntas: Diversas propostas têm sido feitas para melhorar o funcionamento da Justiça brasileira. Gostaríamos de saber se o Sr.(a) é a favor ou contra as propostas listadas abaixo.

Na pesquisa de 1997, os dados dos Gráficos também apontam áreas em que as expectativas de atuação dos procuradores e promotores é significativamente maior do que sua avaliação das atuações realizadas. Nesses casos, destaca-se a pequena atuação na área de defesa dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, como: as áreas de proteção aos idosos, as minorias étnicas, a proteção à criança e adolescente, e os portadores de deficiência.

Prioridade nos últimos 2 anos



Prioridade nos próximos 2 anos



Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: Assinale entre as áreas listadas abaixo a quais o Sr.(a) deu prioridade nos últimos 2 anos e quais o Sr.(a) gostaria de priorizar nos próximos 2 anos.

A pesquisa de 1997 permite avaliar ainda a atuação do Ministério Público segundo o auto-posicionamento ideológico dos procuradores.

Para a maior parte das áreas de atuação não há diferenças significativas entre as menções dos procuradores, segundo seu posicionamento ideológico. Esta diferença ocorre com clareza para as áreas de defesa de minorias étnicas, de comunidades indígenas, de crianças e adolescentes e a política fundiária, nas quais há uma maior priorização por parte dos procuradores posicionados à esquerda.

Centro-esquerda



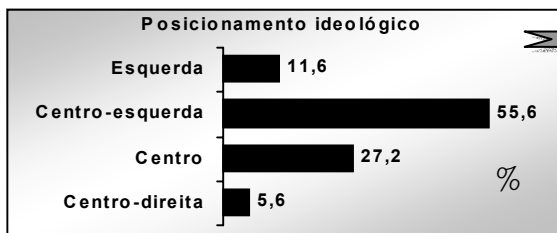
Esquerda



Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: Assinale, entre as áreas listadas abaixo, a quais o Sr.(a) deu prioridade nos últimos 2 anos e quais o Sr.(a) gostaria de priorizar nos próximos 2 anos.;

As pessoas costumam dizer que têm opiniões de esquerda ou de direita. Imagine que o número 1 corresponda à esquerda e o 5 à direita. Assim, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1 e outra que fosse muito de direita estaria no número 5. Onde o Sr.(a) se colocaria nesta escala?



Mais da metade dos procuradores que se posicionaram ideologicamente definiram-se no campo ideológico de esquerda.

Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Perguntas: As pessoas costumam dizer que têm opiniões de esquerda ou de direita. Imagine que o número 1 corresponda à esquerda e o 5 à direita. Assim, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1 e outra que fosse muito de direita estaria no número 5. Onde o Sr.(a) se colocaria nesta escala?

São os procuradores auto-posicionados no centro e centro-direita que mais atuaram nas áreas criminal e controle da administração pública

Centro



Centro-direita



Fonte: IDE/BR97.SET-1862

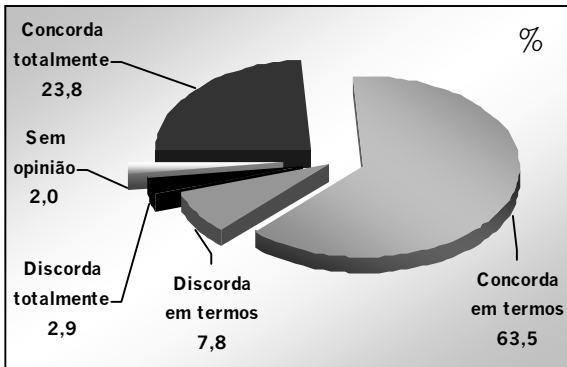
Perguntas: Assinale, entre as áreas listadas abaixo, a quais o Sr.(a) deu prioridade nos últimos 2 anos e quais o Sr.(a) gostaria de priorizar nos próximos 2 anos.;

As pessoas costumam dizer que têm opiniões de esquerda ou de direita. Imagine que o número 1 corresponda à esquerda e o 5 à direita. Assim, uma pessoa que fosse muito de esquerda estaria no número 1 e outra que fosse muito de direita estaria no número 5. Onde o Sr.(a) se colocaria nesta escala?

O Ministério Público e a defesa da sociedade

O Ministério Público considera as instituições da Justiça centrais para a defesa da sociedade. Mais da metade dos procuradores entrevistados concordam totalmente com a idéia de que o Ministério Público deve ser um canal de demandas sociais, e uma proporção significativa concorda que a instituição tem importante papel na conscientização da sociedade brasileira.

A sociedade brasileira é incapaz de defender seus direitos de forma autônoma



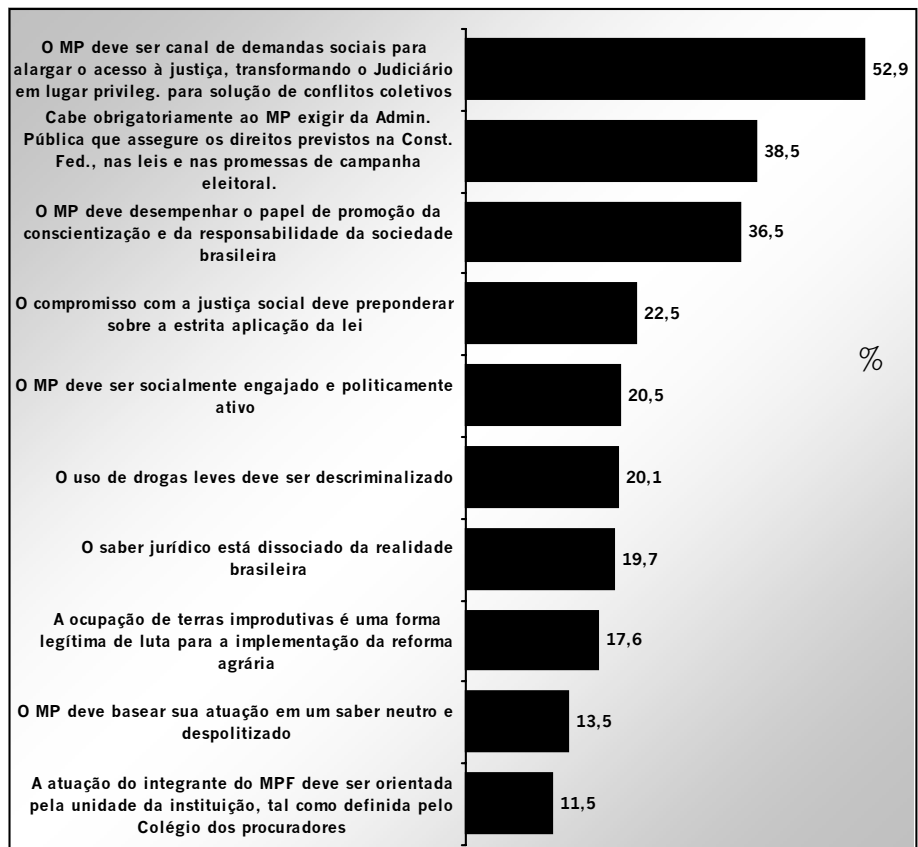
Em 1997

O papel social afirmado pelo Ministério Público vem acompanhado da idéia de que as instituições da Justiça devem atuar para proteção da sociedade.

Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Pergunta: Tem-se dito que a sociedade brasileira é hipossuficiente, isto é, incapaz de defender autonomamente os seus interesses e direitos, e que, por isso, as instituições da Justiça devem atuar afirmativamente para protegê-la. O Sr.(a) concorda com essa afirmação?

É interessante que apenas 13,5% dos procuradores concordem totalmente que sua atuação deva ser despolitizada e neutra



(apenas % das respostas "concorda totalmente")

Fonte: IDE/BR97.SET-1862

Pergunta: Em que medida o Sr.(a) concorda com as seguintes afirmações?

FICHAS TÉCNICAS

<i>“O Ministério Público e a Justiça no Brasil”</i>				
Pesquisa	Data	Universo	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
IDE/BR96.JUN-1861	1º semestre de 1996	Procuradores e promotores de Justiça do Ministério Público Estadual e Federal	20% dos procuradores e promotores em 7 estados da federação e mais 51 integrantes do Min.Público Federal	763 entrevistas individuais

<i>“O Ministério Público Federal e a administração da Justiça no Brasil”</i>				
Pesquisa	Data	Universo	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
IDE/BR97.SET-1862	Julho a Setembro de 1997	Ministério Público Federal	Totalidade dos integrantes na ativa do Min.Público Federal, através de envio por correio dos questionários	244, de tipo auto-aplicadas, equivalentes a 47,3% do universo de pesquisa

<i>“A visão dos Juízes sobre as relações entre o Judiciário e a Economia”</i>				
Pesquisa	Data	Universo	Tipo de amostra	N.º de entrevistas
IDE/BR00.ABR-1863	Abril 2000	Juízes da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho	Juízes de Primeira e Segunda Instâncias dos três ramos da Justiça, em 11 estados da federação	741, de tipo auto-aplicadas